

OS SENTIDOS DA “MORTE DO HOMEM E DO HUMANISMO” EM MICHEL FOUCAULT

(seguido da querela filosófica entre os pensamentos de Michel e Roger Scruton)

Alan dos Santos¹

Resumo

Pretende-se, com o artigo em questão, realizar uma abordagem histórica e uma crítica filosófica (e política) do tema do humanismo teórico, ou seja, do humanismo moderno. Para isso, problematizaremos o humanismo como sendo uma ideologia constituinte dos períodos moderno e contemporâneo (essa camada do tempo histórico que podemos designar de nosso). Partiremos das hipóteses de Michel Foucault para desconstruir, através de um discurso crítico-político, as falácias do humanismo moderno, que se pretende e se descreve como universal e necessário, quando, em verdade, trata-se tão somente de uma ideologia recente de nossa constituição histórica. Para realizar a crítica do humanismo teórico - nosso tema central -, recorreremos ao pensamento de Michel Foucault (a sentença foucaultiana da "morte do homem" nos interessa sobremaneira). Por fim, faremos uma crítica específica ao humanismo-conservador elaborado pelo filósofo britânico Roger Scruton, que opõe o seu humanismo ao que ele designa de *Novas Esquerdas*.

Palavras chaves: Foucault; humanismo; Scruton; conservadorismo; Novas Esquerdas.

¹ Doutorando em Artes, Educação e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo e Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Santos. Docente do curso de Licenciatura em Filosofia da Unimes Virtual.



Introduzindo o problema do humanismo

Nas linhas a seguir, apresentaremos a abordagem contemporânea do tema *humanismo* e, mais precisamente, da crítica contemporânea ao *humanismo teórico*; este é o nosso ponto central. Faremos uso do pensamento de Michel Foucault, filósofo francês do século XX, para tratar do tema do humanismo a partir de uma perspectiva crítica. Atentar-nos-emos, pois, a um problema filosófico específico, a saber, a crítica ao humanismo teórico: um problema de pesquisa histórico (quicá milenar), mas que ganhou contornos decisivos e concretude material na modernidade ocidental, momento em que o humanismo se converteu numa ideologia dominante e estruturante, e que, segundo a perspectiva contemporânea, encontra-se em vias de desaparecer dada a ênfase que foi dada ao tema.

Nosso objetivo, portanto, neste artigo, é apresentar o surgimento do humanismo como tema geral da filosofia contemporânea, porém dando ênfase particular para a perspectiva crítica, ou seja, àquela que enfrenta frontalmente as concepções rígidas acerca do ser humano; em suma, queremos desconstruir o humanismo teórico e combater a ideologia humanista – ideologia esta que estruturou não somente os pensamentos moderno e contemporâneo, como também o modo de vida moderno, esse recorte preciso do tempo o qual vivemos ainda hoje, ainda que se especule uma pós-modernidade em vias de nascimento / amadurecimento².

Em resumo, a crítica contemporânea à ideologia humanista (humanismo teórico) é o que nos motiva a redigir estas linhas.

Humanismo burguês e teórico

O tema do humanismo possui uma história longínqua e regressiva. Leôncio Basbaum (1977, p. 89), em seu ensaio filosófico intitulado de *Alienação e Humanismo*, sobretudo na seção em que trata, a partir do pensamento de Karl Marx, do tema do

² Ao invés de pós-modernidade, optaremos por utilizar, nesta sessão do artigo, da expressão “contemporâneo” para se referir ao atual estágio da modernidade histórica a qual vivemos. Preferimos afirmar que vivemos, hoje, numa espécie de modernidade tardia, ao invés de algo que já superou, em definitivo, a modernidade histórica e filosófica. Por este motivo a expressão “período contemporâneo” se apresenta com mais exatidão para os nossos propósitos do que “pós-modernidade”.



humanismo concreto (a contraposição marxiana³ do *humanismo teórico*, nosso objeto de crítica), afirmou que o humanismo é uma palavra antiga no vocabulário filosófico e o seu conceito tem variado através do tempo, de acordo com as circunstâncias históricas e o espírito de época, e seguindo muitas vezes o pensamento de um homem ou de uma classe social.

Todavia, apesar do conceito de humanismo ser antigo e possuir uma história longínqua (Basbaum, por exemplo, afirma ser possível identificar elementos nitidamente humanistas nas culturas milenares hindus e nas culturas do Japão e da China, além da cultura grega arcaica e em toda história do cristianismo), fora somente na Renascença e no nascimento da modernidade - por volta do século XVI - que o humanismo se converteu numa ideologia definida e dominante, isto é, comum a toda uma época; uma força política / cultural / material / econômica que passou a organizar o modo de ser dos homens (e das mulheres, claro) e de toda a modernidade nascente. É importante ressaltar que, embora tenham surgido diversas reações contra a modernidade no período contemporâneo, o humanismo dominante ainda encontra-se impregnado no nosso tempo, nesse tempo que é o nosso, em nossas visões de mundo; em suma, trata-se de uma ideologia comum a nossa época e momento histórico. Essa ideologia humanista nascente na renascença e que estrutura a modernidade ocidental até os dias de hoje (com mais ou menos intensidade aqui e acolá do globo terrestre), Basbaum (ibidem, p. 90) a intitula de *humanismo burguês*. Achamos essa expressão bastante grata, pois de fato houve uma identificação histórica entre o nascimento do humanismo renascentista e a cosmovisão – ideologia, portanto - burguesa (humanismo burguês).

Em algum momento de *As palavras e as coisas*, livro datado de 1966, o filósofo francês Michel Foucault anunciou que o homem (talvez seja mais preciso, para os nossos propósitos nesse artigo, dizer *humanismo burguês* ao invés de *homem*) é uma invenção recente – como dissemos, o humanismo burguês nasce mais ou menos

³ Costuma-se utilizar da expressão “marxiana” para se referir aos trabalhos de Marx e Engels, e “marxista” para se referir aos trabalhos de pensadores posteriores que de certo modo deram sequência a tradição política e filosófica inaugurada por Marx. Ou seja, “marxista” refere-se aos seguidores de Marx, e “marxiana” refere-se aos trabalhos próprios de Marx.

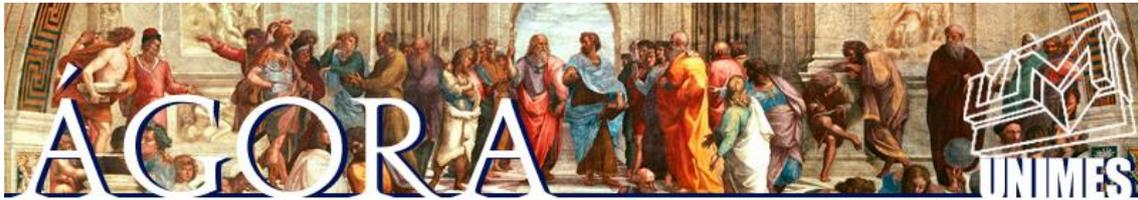


alinhado com o humanismo renascentista – e que se encontra, no período contemporâneo, em vias de desaparecimento. Esta tese foucaultiana – da morte do homem, ou seja, da morte do humanismo teórico, do humanismo renascentista e burguês – gerou bastante polêmica nos debates filosóficos contemporâneos. “Afinal de contas, o que significa a morte do homem e do humanismo?”, tornou-se uma pergunta comum. Adiantando um pouco o que mostraremos na sequência do artigo, a morte do humanismo significa que, pelo menos na perspectiva de Foucault e de outros filósofos contemporâneos, tornou-se impossível pensar a questão humana em abstrato, como se se tratasse de um tema metafísico (Foucault, por vezes, faz uso da expressão “metafísica do sujeito” para se referir ao pensamento filosófico renascentista, que se inicia com René Descartes, atravessa o criticismo kantiano e se manifesta em filósofos ou correntes filosóficas contemporâneas, como o existencialismo sartreano – não é inútil lembrar que o próprio Jean-Paul Sartre afirmou que o existencialismo é, em verdade, uma espécie de humanismo teórico⁴). Para pensar o humano e o homem em geral é preciso relacioná-lo com o contexto de sua formação, com as condições materiais do momento em que se vive, em suma, é preciso levar-se em conta a materialidade histórica, pois o homem não é causa das condições materiais de produção; pelo contrário, é mais um produto do seu tempo; o homem e o humanismo são produções (e produções ideológicas); este é um ponto importante a ser ressaltado⁵. Esclareceremos melhor a questão da produção do humano adiante neste mesmo artigo.

Se o humanismo, sobretudo o humanismo burguês, encontra-se em vias de desaparecimento, tal como sugeriu Foucault, não o saberíamos dizer (na verdade não ousaríamos dizer; é sempre cauteloso suspeitar dos poderes da ideologia do humanismo). O fato é que o humanismo converteu-se num tema caro à filosofia contemporânea. Surgiram, no contexto contemporâneo, correntes filosóficas críticas e contrárias ao humanismo, assim como correntes filosóficas que deram sequência à

⁴ Vide o título de sua obra: *O existencialismo é um humanismo*. Em verdade, trata-se de uma conferência editada e publicada posteriormente em livro.

⁵ A relação entre humano e história, segundo os autores que trabalhamos neste artigo, é bastante paradoxal, pois ao mesmo tempo em que o humano produz – conscientemente ou não – os rumos da história, a história, por sua vez, também produz o ser humano. Trata-se de uma relação mútua e recíproca.



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

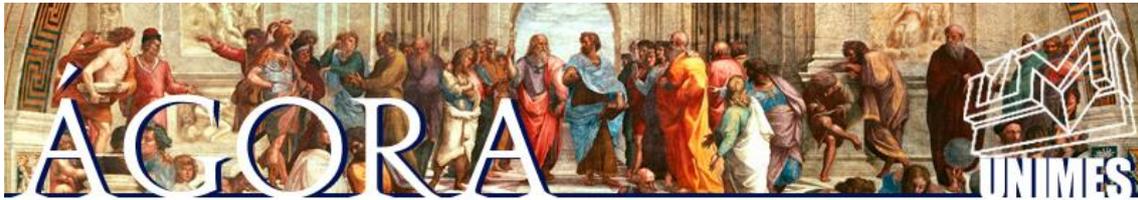
ideologia do humanismo, correntes filosóficas que deram procedência às concepções humanistas renascentistas. Portanto, o tema do humanismo modelou – seja contrariamente ou a favor – os principais debates filosóficos contemporâneos. Destacaremos especialmente algumas concepções contrárias ao humanismo.

Antes de adentrarmos na crítica propriamente dita, vejamos, nas palavras de Alain Renaut, extraídas de seu livro *A era do indivíduo*, sobretudo da seção *Humanismo e individualismo*, uma tentativa de definição simples e direta do humanismo teórico / burguês. Leiamos com atenção a longa citação abaixo:

*O humanismo é, no fundo, a concepção e a valorização da humanidade como capacidade de autonomia – quero com isto dizer, sem obviamente pretender ser original, que aquilo que constitui a modernidade é o facto de que o homem vai pensar em si como a fonte das suas representações e dos seus actos, como o seu fundamento (sujeito) ou ainda como o seu autor. Daí que, aliás, o encarniçamento anti-humanista comum às diversas práticas genealógicas dos anos 60 tenha passado tantas vezes pela crítica da noção de autor. O homem do humanismo é aquele que já não deseja receber as suas normas e as suas leis nem da natureza das coisas (Aristóteles) nem de Deus, mas que as cria ele mesmo a partir da sua razão e da sua vontade. Assim, o direito natural moderno será um direito subjectivo, apresentado e definido pela razão humana (racionalismo jurídico) ou pela vontade humana (voluntarismo jurídico). E é também assim que as sociedades modernas se concebem, politicamente, como auto-instituídas, através do esquema contratualista, por oposição às sociedades onde é a tradição que fundamenta a autoridade por intermédio da noção totalmente antimoderna de *privilégio*. (RENAUT, 2017, p. 50-51).*

Percebe-se, pela leitura da citação acima de Alain Renaut, que o humanismo penetrou profundamente e inclusive estruturou os diversos elementos constituintes da vida moderna, desde questões ligadas ao direito (racionalismo e voluntarismo jurídicos) até questões sociais (a concepção de sociedades auto-constituídas a partir da vontade humana) e morais (a quebra da noção de privilégio e a concepção de que todos os seres humanos são iguais por natureza). Mais do que um debate filosófico, o humanismo converteu-se numa ideologia, numa visão de mundo, numa força discursiva que passou a organizar as sociedades e o modo de ser dos homens e mulheres.

É claro que existem ou pelo menos existiram elementos progressistas inerentes ao humanismo moderno. A quebra do privilégio hereditário, por exemplo, que estruturava a sociedade feudal, é uma conquista do humanismo moderno. A concepção de que os seres humanos possuem uma dignidade comum, independentemente da raça,



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

nacionalidade ou credo também é uma conquista do humanismo, embora não tenhamos conseguido solucionar definitivamente essas questões de extrema relevância política. O humanismo trouxe à tona a questão da dignidade comum (direitos universais do homem), mas não conseguiu implantá-la satisfatoriamente nas sociedades modernas / contemporâneas, de modo que, especialmente no Brasil e nos países em desenvolvimento, ainda sofremos com altos índices de desigualdade social (esse problema afeta até mesmo o dito “primeiro mundo”), além de um racismo visivelmente institucionalizado. Essas são questões que o humanismo, por si só, não conseguiu respaldar.

No período contemporâneo, houve uma divisão abrupta nos debates filosóficos tendo por critério de distinção a questão do humanismo. Correntes filosóficas relevantes como a *fenomenologia* (Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty), o *existencialismo* (Sartre, Kierkegaard, Gabriel Marcel) vieram a se estruturar de modo a dar continuidade às premissas e aos valores humanistas, ainda que alguns dos autores citados tenham feito críticas pontuais ao humanismo moderno / renascentista. Outras correntes igualmente relevantes para a filosofia contemporânea (não só para a filosofia, como para as ciências humanas de modo geral – linguística, antropologia, sociologia) como o *estruturalismo* e o *pós-estruturalismo* se organizaram de modo a contrapor frontalmente as principais premissas humanistas. Com relação ao marxismo contemporâneo, poder-se-ia afirmar que parte dele se enviesou e se aproximou do humanismo, enquanto que outra parte enfatizou a necessidade de se superar os limites impostos pelo humanismo teórico. O lado mais humanista do marxismo acabou se aproximando de correntes filosóficas como o existencialismo e a fenomenologia (Sartre e Merleau-Ponty são dois exemplos), enquanto que a parte crítica ao humanismo por vezes se aproximou do estruturalismo ou até mesmo do pós-estruturalismo (Louis Althusser é um exemplo relevante dessa vertente; um genuíno estudioso de Marx que acabou se aproximando do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss).

Para sintetizar, nesta nossa apresentação, a crítica contemporânea ao humanismo moderno, aceitaremos a sugestão dada por Alain Renault - em seu livro já citado -, que aponta o pensamento de Michel Foucault, renomado filósofo francês do



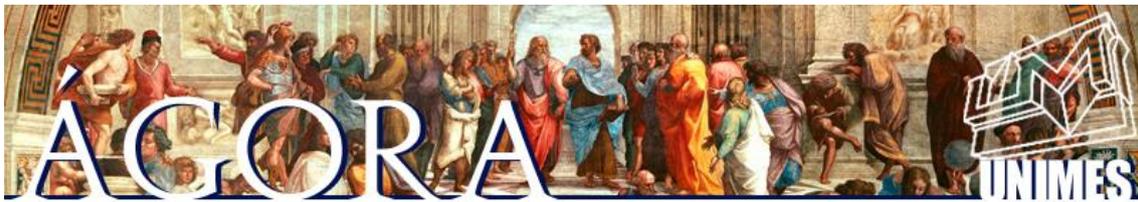
século XX, como uma chave de leitura interessante para se compreender os descaminhos do humanismo (ou as razões de ser do anti-humanismo filosófico). Um ponto interessante é que Foucault, além de apresentar a necessidade de se superar o humanismo, abordou também alguns dos pontos descritos há pouco, como a junção de parte do marxismo com os valores humanistas; junção esta que Foucault também se apresentou como crítico, tal como verificaremos abaixo.

A “morte do homem” e as falências filosóficas do humanismo

No ano de 1984, Foucault (2012b, p. 228) escreveu um verbete anônimo intitulado de Foucault para um dicionário francês explicando o percurso do seu próprio pensamento. Nele, Foucault afirmou que seu objetivo não era investigar o poder (embora tenha feito isso com êxito), mas criar uma história sobre os diferentes modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos. Analisar os processos de subjetivação produzidos pela história de nossa cultura, com especial atenção ao projeto político da modernidade e seus desdobramentos ainda atuais, é o que constitui a natureza de suas pesquisas. Foi num momento específico das suas pesquisas que a análise dos poderes fez-se urgente para a sequência de seu projeto filosófico. Entretanto, é necessário cautela ao abordar temas como “sujeito” ou “subjetividade” em suas obras. Foi ele quem anunciou textualmente a sentença de “morte do homem” como horizonte do saber na contemporaneidade. Por isso, ao mesmo tempo em que se dedica a analisar o modo de ser e os processos de formação da subjetividade, a busca por um sujeito fundamental representa o maior ponto de distanciamento das suas pretensões filosóficas, tal como explica a pesquisadora francesa Judith Revel na breve citação abaixo:

O pensamento de Foucault apresenta-se, desde o início, como uma crítica radical do sujeito tal qual é entendido pela filosofia "de Descartes a Sartre", isto é, como consciência solipsista e anistórica, autoconstituída e absolutamente livre. (REVEL, 2011, p. 147)

Segundo a tese geral de Foucault - aquela que permeia a sua obra sobre diferentes contornos, mas que está sempre presente -, o sujeito deve ser abordado e interrogado pela filosofia pelo que Deleuze (2011), explicando o pensamento de



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

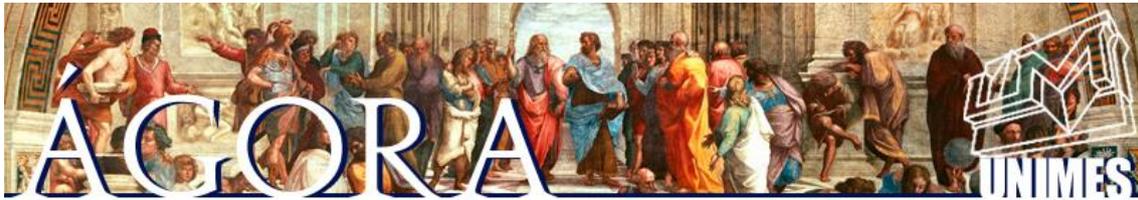
UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

Foucault, nomeia como o problema do “duplo”, o problema da “duplicação do fora”. No que consiste este processo de duplicação? Antes de mais, consiste na afirmação de que o sujeito não é o desdobramento de um ser específico, uma unidade substancial, mas uma reduplicação do “outro”. Não se trata da afirmação do mesmo (o sujeito é x , substancial e invariavelmente), mas a reduplicação do outro, fora, em nós, seres humanos. O sujeito é uma variável, um ser frágil; uma reduplicação de múltiplos elementos externos. No pensamento tardio de Foucault esse processo de reduplicação recebe o nome de modos ou *processos de subjetivação*, que consiste em afirmar que o sujeito é necessariamente produzido, uma espécie de resultado, uma produção dentre outras. Não é, pois, uma projeção do interior, mas, ao contrário, uma interiorização do fora.

Um princípio geral do pensamento de Foucault é: toda forma é um composto de forças, ou melhor, um composto de relações de forças externas aos corpos humanos. No caso da forma “sujeito” (ou humano) não é diferente, ela deriva de um composto de forças particulares. As forças que constituem as formas são necessariamente forças de fora (com especial atenção às tecnologias de poder, incluindo as ideologias), forças de confluência que, agindo sobre um objeto, determinam as formas resultantes, mesmo que provisórias e contingentes. O próprio corpo humano transforma-se em objeto ao ser atingido por forças externas (discursos, enunciados, disciplinas), atribuindo para si modos específicos de ser na sexualidade, lazer, trabalho. É claro que o corpo traz forças em si mesmo, forças digamos interiores; mas elas não são suficientes para afirmar a “forma-homem” ou mesmo o que entendemos filosoficamente por sujeito / humano (ser racional, homem ou mulher, cidadão, político, proletário ou burguês, moral, ateu ou religioso). Essas formações são históricas. Pode-se conceber como forças no homem a capacidade de imaginar, conceber, recordar, querer. Mas tais forças não supõem só elas um sujeito, não enquanto forma determinada. Para entender o homem, esse fenômeno que, segundo Foucault (2012b), é moderno e recente, é preciso antes identificar com quais forças àquelas no homem entram em relação, numa certa composição histórica, para saber e diagnosticar depois a forma resultante.

Não existe nenhuma forma de ser do homem pré-estabelecida desde sempre, no qual representaríamos tão-somente um modo unívoco de ser e agir - seja moralmente,

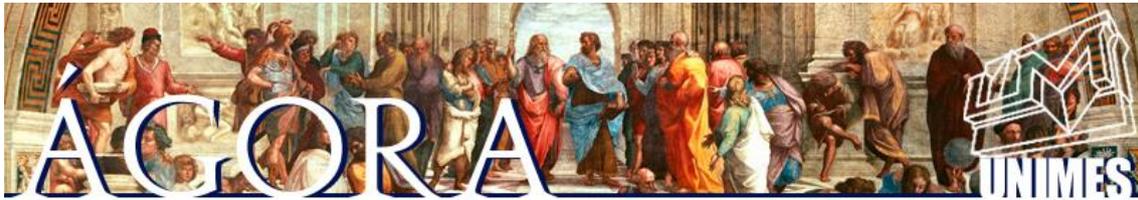


politicamente ou em qualquer outro segmento humano. O sujeito, enquanto forma humana, é constituído e produzido dentro de uma conjunção estratégica de saberes e poderes que o objetivam, resultando em processos de subjetivação que prendem seu modo de ser a códigos historicamente produzidos e entrelaçados a tecnologias de poder, como também a formas específicas de saber.

O problema de Foucault é a abordagem histórica da subjetividade. Em oposição à tradição cartesiana, sua análise do sujeito e do ser humano não se respalda no problema da substância. O problema do sujeito é o da história da “forma-sujeito”. E justamente por ser “forma”, o sujeito não pode ser idêntico a si mesmo, porque toda forma é, ela mesma, múltipla, composta. Com efeito, trata-se de um profundo ceticismo com relação aos universais antropológicos instaurados pela modernidade filosófica (o homem como o fundamento de todo o saber possível). Tudo o que nos é proposto, em nosso saber e em nossa prática, como sendo de caráter universal a respeito da natureza humana ou de categorias que se podem aplicar ao sujeito, exige ser verificado e analisado em suas dimensões históricas. Efetuar a história do sujeito ou analisar a subjetividade em sua historicidade representa o que Foucault denomina de “ontologia histórica de si mesmo”. Noutros termos, o que Foucault nos ensina é uma recusa radical sobre quaisquer teorias que se sustentam numa concepção demasiadamente rígida do sujeito humano.

[...] nós descobríamos que a filosofia e as ciências humanas viviam sobre uma concepção muito tradicional do sujeito humano, e que não bastava dizer, ora com uns, que o sujeito era radicalmente livre e, ora com outros, que ele era determinado por condições sociais. Nós descobríamos que era preciso procurar libertar tudo o que se esconde por trás do uso aparentemente simples do pronome ‘eu’. (FOUCAULT, 2012a, p. 329-330)

A “morte do homem” foi o tema principal do período denominado de “arqueológico” do seu pensamento. Em suas análises históricas, Foucault vira no surgimento da psicanálise, da etnologia e da formalização da linguagem pela literatura (no sentido moderno do termo), o fim da *episteme* do século XIX - aquela que, despertando do sono dogmático, havia caído em outro, profundamente antropológico. Em cada uma dessas manifestações culturais vira o fim da época das ciências humanas.



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

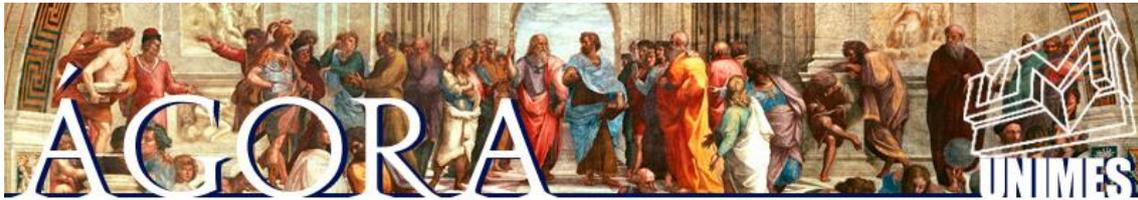
UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

O anúncio da morte do homem é o resultado direto dessa significativa mudança no campo do saber. Com a morte do homem, Foucault enxergou possibilidades de superar o humanismo como expressão ética e política do saber no tempo presente. Poucos temas, nos primeiros textos de Foucault, sobretudo *As palavras e as coisas*, recebem críticas tão enfáticas e diretas como é o caso do humanismo. Libertar-se da “forma homem” é, para Foucault, uma exigência e uma tarefa simultaneamente filosófica e política. Lutar contra o humanismo significou até mesmo divergir pontualmente das concepções então revolucionárias do marxismo acadêmico francês. Mesmo Marx – ou parte do marxismo contemporâneo –, demonstra Foucault na citação abaixo, baseia sua concepção política numa ideia geral e abstrata do “sujeito humano” que, definitivamente dado, ainda que não pronto, preexiste a toda alteridade material:

A questão é a seguinte: existe uma tendência que poderíamos chamar, um tanto ironicamente, de marxismo acadêmico, que consiste em procurar de que maneira as condições econômicas de existência podem encontrar na consciência dos homens o seu reflexo e expressão. Parece-me que essa forma de análise, tradicional no marxismo universitário da França e da Europa, apresenta um defeito muito grave: o de supor, no fundo, que o sujeito humano, o sujeito de conhecimento, as próprias formas do conhecimento são de certo modo dados prévios e definitivamente, e que as condições econômicas, sociais e políticas da existência não fazem mais do que depositar-se ou imprimir-se neste sujeito definitivamente dado. (FOUCAULT, 2002, p. 7 – 8)

Há um marxismo brando (uma parte pequena do marxismo, é preciso enfatizar), humanista, demasiadamente teórico e que busca reunir para si um lugar de destaque no que a própria tradição filosófica, ironicamente, busca preservar: uma concepção universal do sujeito ou da condição humana. Segundo Foucault (2002, p. 7 - 8), como se pôde ver na última citação, existiu no ambiente intelectual francês dos anos cinquenta e sessenta – em Merleau-Ponty e Sartre, sobretudo – um esforço descomunal de vincular a problemática da fenomenologia e a do marxismo. Havia uma maneira correta de se pensar e ela não podia deixar de aventurar-se por esse certo marxismo humanista então reinante. Sem rejeitar essa tradição que se cristalizava na França, Foucault, no entanto, seguiu um caminho diferente e optou por uma leitura mais autônoma da obra de Marx. Foucault enfatiza em toda a sua obra o condicionamento histórico, mas também a contingência e a abertura. Isso significa que sua obra não pode



ser associada teoricamente ao marxismo ortodoxo (a tradição comunista), pois ele não acreditava em determinismo histórico, nem tampouco alinhada ao liberalismo, pois ele não acreditava em livres sujeitos humanos ou numa liberdade natural.

Crítica ao humanismo conservador (Foucault x Scruton)

Nas linhas a seguir, abordaremos a querela filosófica que se deu entre o pensamento de Michel Foucault - exposto resumidamente acima - e o pensamento do filósofo inglês autodeclarado conservador chamado Roger Scruton.

Scruton tornou-se um nome popular da filosofia inglesa contemporânea pelos seus trabalhos de estética, baseando-se nos textos de Espinosa e de Immanuel Kant. Porém, o pensamento de Scruton atingiu o seu ápice na defesa filosófica e política do *conservadorismo moderno*, uma tradição de pensamento majoritariamente inglesa. Poder-se-ia afirmar sem ressalvas que o pensamento de Scruton transformou-se num dos principais marcos teóricos inspiradores dos movimentos políticos conservadores e liberais contemporâneos mundo afora, incluindo o Brasil. Seu pensamento tem se popularizado rapidamente no Brasil, aonde a maioria dos seus livros se encontram traduzidos para a língua portuguesa.

Por que abordar o pensamento de Roger Scruton neste artigo, que possui um problema filosófico bastante específico, a lembrar, a crítica filosófica ao humanismo teórico?

A resposta para esta pergunta é relativamente simples: a defesa do conservadorismo no pensamento de Roger Scruton estrutura-se, dentre outros aspectos, numa suposta natureza humana (*human nature*), ou seja, Scruton defende filosoficamente a existência de uma natureza humana; nesse sentido, o pensamento de Scruton se embaraça e se relaciona com a tradição histórica do humanismo, que tanto criticamos neste artigo. Este foi o fio condutor que nos levou até o pensamento de Scruton: a defesa filosófica do conservadorismo e, conseqüentemente, do humanismo, tendo em vista que o próprio Scruton relacionou os dois temas.

Outro aspecto do pensamento de Scruton que despertou o nosso interesse: o humanismo do filósofo inglês apresenta-se como um contraponto às conceituações de

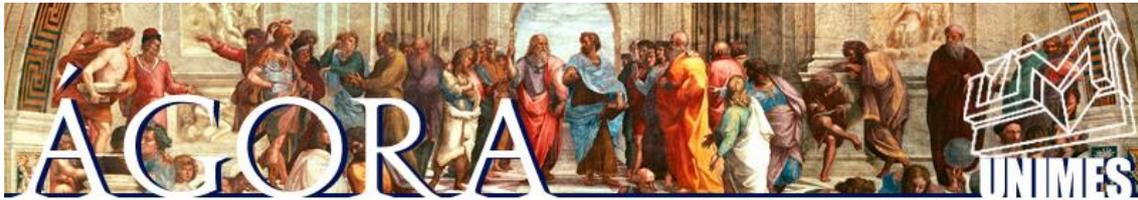


Michel Foucault sobre o ser humano. Roger Scruton publicou um livro intitulado de *Pensadores da Nova Esquerda*, onde ele seleciona e aborda criticamente uma lista de quatorze pensadores contemporâneos⁶, incluindo Foucault, que, segundo Scruton, representam a *Nova Esquerda* política. A defesa do conservadorismo-humanista de Scruton contrapõe-se frontalmente às ideias disso que ele chama de *Nova Esquerda*, sobretudo a maneira como filósofos como Foucault pensam o tema do ser humano. Nosso objetivo, portanto, nesta seção do artigo, é recuperar e apresentar ao leitor – ainda que sumariamente - a querela filosófica contemporânea entre Foucault e o seu anti-humanismo, por um lado, e o humanismo conservador de Scruton, por outro lado. Percebe-se, pois, que o nosso objetivo geral continua sendo o tema do humanismo teórico.

Scruton (2014, p. 58) afirma que o elemento unificador do pensamento de Michel Foucault “é a busca pelas secretas estruturas de poder. Poder é o que ele deseja desmascarar por trás de toda a prática, de toda instituição e da própria linguagem”. Essa afirmação não é necessariamente correta, pois, como vimos antes, Foucault esclareceu em diversos momentos da sua produção filosófica que o seu objetivo sempre foi compreender os modos pelos quais os seres humanos se convertem em sujeitos de ação e intelecção. Se Foucault atentou-se para a questão do poder, e de fato o fez com muita eficiência⁷, foi somente para compreender os modos pelos quais os sujeitos são objetivados pelas relações de saber e poder, e, por consequência, os modos pelos quais os sujeitos subjetivam – atribuem para si – as relações de poder. Foucault nunca abandonou os temas do sujeito e do humano; nunca os substituiu pelo tema do poder. Ao contrário, o tema do poder (relações de) veio complementar as análises de Foucault sobre os sujeitos. Dessa forma, a crítica de Scruton com relação ao pensamento de Foucault baseia-se num princípio não muito sólido ou não totalmente correto, ainda que expresse uma provocação filosófica relevante ou no mínimo interessante.

⁶ Os quatorze pensadores citados no livro de Scruton são: E. P. Thompson, Ronald Dworkin, Michel Foucault, R. D. Laing, Raymond Williams, Rudolf Bahro, Antonio Gramsci, Louis Althusser, Immanuel Wallerstein, Jurgen Habermas, Perry Anderson, György Lukács, J. K. Galbraith e Jean-Paul Sartre.

⁷ Nenhum outro filósofo denunciou tantas manifestações de poder como Michel Foucault: poder soberano, poder pastoral, poder disciplinar, biopoder, governo das condutas, dentre outros poderes.



As reflexões de Scruton sobre o conjunto do pensamento de Foucault, em seus aspectos gerais, são relevantes, admitimos esse ponto sem hesitação. Contudo, Scruton se atém majoritariamente aos primeiros trabalhos de Foucault – *As palavras e as coisas*, *O nascimento da clínica*, e a *Arqueologia do saber* –, e, portanto, não capta as diversas mutações as quais Foucault experimentou em seu devir filosófico. Foucault abordou a questão do sujeito (e do ser humano) por pelo menos três perspectivas complementares: primeiro, através de uma arqueologia dos saberes; segundo, através de uma genealogia dos poderes, e, por fim, através de uma genealogia da ética / moral, ou seja, através do estudo sobre a filosofia grega clássica, sobretudo no que se refere aos modos pelos quais os seres humanos se relacionavam consigo mesmo através de uma ética do cuidado / governo de si⁸. A abordagem de Scruton não capta essas mutações importantes.

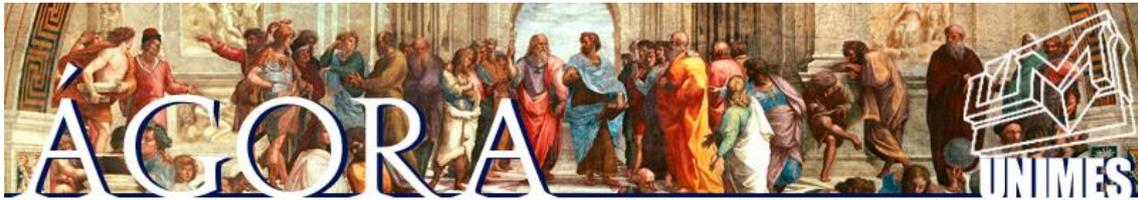
Entretanto, há uma consideração que nos interessa sobremaneira nas reflexões de Scruton. Focaremos nessa ponderação específica.

Na parte final do seu ensaio filosófico dedicado ao pensamento de Foucault que compõe o livro *Pensadores da Nova Esquerda*, Scruton sugere um embaraço cometido por Foucault ao confundir os conceitos de *poder* e *dominação*, como se Foucault não tivesse sido sensível para uma possível distinção entre os dois conceitos. Vejamos a denúncia de Scruton a este respeito:

O que não é trivial é a ideia inteiramente sem garantia e ideologicamente inspirada de dominação com a qual Foucault lustra suas conclusões. Ele logo assume que, se há poder, então ele é exercido nos interesses de algum agente dominante. Assim, por uma artimanha, ele é capaz de apresentar qualquer ocorrência de ordem social – até mesmo a disposição para curar o doente – como um exercício furtivo de dominação que busca manter os interesses “daqueles no poder”. (SCRUTON, 2014, p. 71)

Vimos na citação acima que Scruton, de forma direta e sem rodeios, sugere uma confusão por parte de Foucault ao misturar os conceitos de *poder* e *dominação*. A

⁸ Alfredo Veiga-Neto (2003), em seu livro intitulado de *Foucault & a Educação*, reconhece a existência de um problema de pesquisa principal em toda a trajetória filosófica de Michel Foucault, porém afirma que o filósofo francês atravessou, pelo menos, três momentos distintos, ou seja, lidou com o seu problema de pesquisa sob “três domínios complementares”: em primeiro lugar, um Foucault preocupado em problematizar o sujeito a partir de uma arqueologia dos saberes (ser-saber); depois, o mesmo problema – problematizar o sujeito –, mas a partir de uma genealogia dos poderes (ser-poder), e, por fim, um terceiro Foucault preocupado com a genealogia da ética e com as técnicas de produção de si (ser-consigo).



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

denúncia de Scruton não é correta, pois a distinção entre poder e dominação sempre foi um tema caro a Foucault.

Vejamos abaixo um trecho extraído da entrevista intitulada de *A ética do cuidado de si como prática de liberdade*, concedida no ano de 1984, onde Foucault diferenciou os dois conceitos citados por Scruton:

É preciso introduzir nele a noção de dominação. As análises que procuro fazer incidem essencialmente sobre as relações de poder. Considero isso como alguma coisa diferente dos estados de dominação. As relações de poder têm uma extensão consideravelmente grande nas relações humanas. Ora, isso não significa que o poder político esteja em toda parte, mas que, nas relações humanas, há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político. Essa análise das relações de poder constitui um campo extremamente complexo; ela às vezes encontra o que se pode chamar de fatos, ou estados de dominação, nos quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas. Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento - por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares -, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. É lógico que, em tal estado, as práticas de liberdade não existem, existem apenas unilateralmente ou são extremamente restritas e limitadas. (FOUCAULT, 2012c, p. 260-261)

Percebe-se, pela longa citação acima, que Foucault diferenciou sim poder de dominação. Relações de poder são algo mais abrangente do que as práticas de dominação. A dominação é um dos componentes das relações de poder / relação de forças. Posto isso, poder-se-ia interrogar: por que esta discussão sobre poder e dominação faz-se pertinente para o artigo em questão?

A discussão faz-se pertinente porque, para Foucault, os temas do poder e do sujeito (ser humano) estão intrinsecamente interconectados. E como estamos, neste artigo, discutindo a questão do humanismo, a discussão sobre as relações de poder faz-se necessária.

Segundo Foucault, as relações de poder se caracterizam por ser um embate perpétuo entre forças distintas, antagônicas e assimétricas. Por este motivo, não é possível apontar uma natureza específica (e fixa) para as relações de poder. As relações de poder são móveis, estão sempre em movimento; as resistências e as liberdades



investem contra as dominações, e estas contra-atacam invariavelmente; não há sossego para nenhum dos lados. O poder é sempre uma tensão de forças. Nesse sentido - e este é um ponto importante -, por mais que exista uma carga negativa (ou repressiva), precisamos reconhecer que existe também uma produtividade nas relações de poder. O caráter produtivo das relações de poder produz não somente objetos ou mercadorias, mas também os seres humanos. É justamente nesse ponto que se estrutura o suposto anti-humanismo de Foucault. Para o filósofo francês, o ser humano é um produto das relações de poder, este é o ponto a ser destacado.

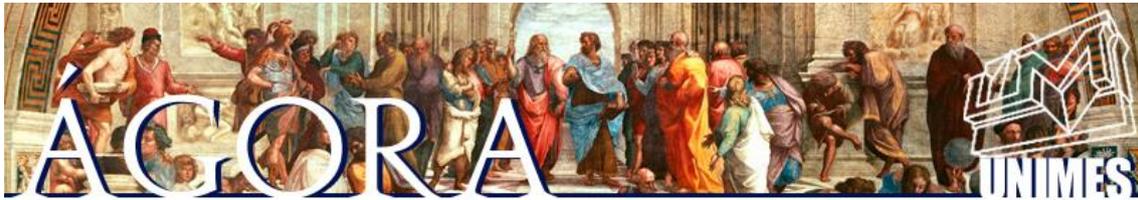
Agora sabemos o quanto a distinção entre poder e dominação foi relevante para Foucault: as dominações são a parte repressiva das relações de poder; porém, nas relações de poder, existe uma carga produtiva a ser reconhecida, e a principal produção desta carga produtiva são os seres humanos.

A citação abaixo é elucidativa nesse ponto:

Meu objetivo será mostrar-lhes como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. (FOUCAULT, 2002, p. 8)

Para finalizar, podemos sintetizar os principais pontos que discutimos nas linhas acima. Em primeiro lugar, vimos o modo como Foucault se distanciou das concepções essencialistas e universais do ser humano, e propôs uma abordagem histórica e “construtivista” do ser humano. Nesse ponto, uma análise sobre os conceitos de “ontologia histórica de si mesmo” e “processos de subjetivação” mostrou-se necessária e pertinente para ilustrar a crítica foucaultiana ao humanismo moderno.

Na sequência, abordamos rapidamente a crítica de Roger Scruton (filósofo britânico conservador e humanista) contra o pensamento de Foucault. O que mais incomoda Scruton no pensamento de Foucault é justamente o caráter anti-humanista, ou seja, o contraponto foucaultiano às concepções naturalistas e essencialistas do humano (vide a sentença de “morte do homem”). Apresentamos também a crítica que Scruton fez com relação ao modo como Foucault pensou as questões do poder e da dominação



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

política. Vimos que a crítica de Scruton é questionável, visto que a distinção entre poder e dominação foi sim um tema caro a Foucault.

Em último lugar, vimos que para Foucault existe uma produtividade nas relações de poder. Por este motivo as relações de poder não se confundem com as dominações. As dominações são tão-somente um componente das relações de poder. Em suma, as dominações são o caráter negativo e repressivo das relações de poder. Por outro lado, o caráter produtivo das relações de poder é aquele que produz os sujeitos e as subjetividades humanas. Portanto, para Foucault, o tema do humano encontra-se vinculado aos temas da história e dos poderes, como vimos.

Dessa forma, não faz sentido falar em essência ou natureza humana no pensamento de Foucault. Foucault não nega o modo de existir do ser humano. O fato é que os humanos tornam-se sujeitos através das relações de poder e dos processos históricos. Os sujeitos não são um produto da “natureza” - digamos assim -, mas da realidade material e histórica. Esse é o principal elemento filosófico que procuramos apresentar na parte final deste nosso artigo.

Referências bibliográficas

BASBAUM, Leôncio. **Alienação e humanismo**. São Paulo: Símbolo, 1977.

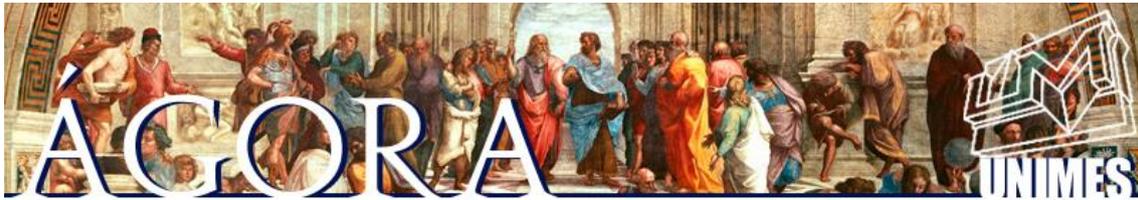
DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2011. Tradução de Claudia Sant' Anna Martins.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes.

_____. Lacan, o libertador da psicanálise. In: **Ditos e escritos I: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012a. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro.

_____. Foucault (verbete). In: **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012b. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização de Manoel Barros da Motta.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012c. Tradução de



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização de Manoel Barros da Motta.

RENAUT, Alain. **A era do indivíduo**: contributo para uma história da subjectividade. Lisboa: Instituto Piaget, 2017. Tradução de Maria João Batalha Reis.

REVEL, Judith. **Dicionário de Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. Tradução de Anderson Alexandre da Silva.

SCRUTON, Roger. **Os pensadores da nova esquerda**. São Paulo: É realizações, 2014. Tradução de Felipe Garrafiel Pimentel.

_____. **On human nature**. New Jersey: Princeton University Press, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Para citar este trabalho:

SANTOS, Alan dos. **OS SENTIDOS DA “MORTE DO HOMEM E DO HUMANISMO” EM MICHEL FOUCAULT**(seguido da querela filosófica entre os pensamentos de Michel e Roger Scruton). **Revista Ágora. Edição Especial do Simpósio de Filosofia. Novembro – 2017. Disponível em:**

<http://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php?journal=formacao&page=index>